



PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA NOVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

ESCOLA MUNICIPAL GERALDO FERREIRA QUEIROZ

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

FAZENDA NOVA – GO

2026



PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA NOVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

ESCOLA MUNICIPAL GERALDO FERREIRA QUEIROZ

Prefeito Municipal de Fazenda Nova

Marcus Vinicius Azeredo Costa

Vice – Prefeito

José Helder Vaz Junior

Secretária Municipal de Educação

Suely Barbosa de Oliveira

Diretora

Suely Barbosa de Oliveira

FAZENDA NOVA – GO

2026



ESCOLA MUNICIPAL GERALDO FERREIRA QUEIROZ
DISTRITO DE SERRA DOURADA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Diretora: Suely Barbosa de Oliveira

Coordenação pedagógica: Thayssa Pereira da Silva

Endereço: Avenida Brasília setor central

E-mail: semecfaznova@yahoo.com.br



SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO
ENSINAR, APRENDER E CRESCER
FAZENDA NOVA/GO

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	6
2. MARCO SITUACIONAL	7
2.1. Identificação da escola	7
2.2. Aspectos históricos	7
2.3. Caracterização física da instituição.....	8
2.4. Caracterização da clientela	8
3. PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS	
3.1. Missão da escola	9
3.2. Concepção de educação	9
3.3. Gestão democrática	9
4. EDUCAÇÃO INCLUSIVA	10
5. ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA	
5.1. Modalidades ofertadas	10
5.2. Organização curricular	10
5.3. Metodologias	11
5.4. Ensino das relações étnico - raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana	11
6. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	12
7. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	12
7.1. Administração financeira	12
8. PEDAGÓGICO	12
9. EQUIPE INSTITUCIONAL	13
9.1. Nominata do Grupo Gestor	13
9.2. Nominata do Corpo Docente	13
9.3. Nominata da Equipe Técnica-Administrativa	13
9.4. Nominata da Equipe de Apoio	14
10. APRESENTAÇÃO DE NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO, ANOS, SÉRIES E/OU PERÍODOS E SEMESTRES OFERTADOS PELA ESCOLA	14
11. A EDUCAÇÃO PELA FILOSOFIA	14
12. PERSPECTATIVAS GERAIS DO TRABALHO PEDAGÓGICO	15
12.1. Objetivo Geral	15
12.2. Objetivos Específicos	15
12.3. Práticas Pedagógicas	16
12.4. Práticas docentes	17
12.5. Metodologias Utilizadas	18
12.6. Planejamento das Aulas	19
13. PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO ALUNO	19
14. CONSELHO DE CLASSE	19
15. ORGANIZAÇÃO ESCOLAR	20
15.1. Educação Infantil	20



15.2. Ensino Fundamental.....	21
15.3. Educação especial	22
16. PROGRAMAÇÃO	
16.1. Publicidade e Divulgação do PPP	22
16.2. Avaliação e Revisão do PPP	22
16.3. Programa AlfaMais GO	23
16.4. Parceria com Unidade de Saúde	23
16.5. Educação para o trânsito	24
16.6. Páscoa: Ressurreição de Cristo	24
16.7. Mãe: Rainha do lar	24
16.8. Resgate Cultural: Arraiá de todos nós III	25
16.9. Pai: O provedor	25
16.10. Dia do Professor	25
16.11. Dia das Crianças	25
16.12. Plantar para respirar	25
16.13. No circo têm, tem sim senhor!	25
16.14. Projeto: Nosso planeta pede socorro	26
16.15. Projeto: Água é vida	26
16.16. Projeto: Meio Ambiente	26
16.17. Projeto: Dia do Índio	26
16.18. Projeto: Vamos Viajar no Mundo da Leitura!	27
16.19. Projeto de Formação Continuada do Professor	28
16.20. Projeto: Sacolinha Literária	28
16.21. Participação em Cursos, Congressos e Outros	32
17. AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO – PEDAGÓGICO	32
18. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	33



APRESENTAÇÃO

O presente Projeto é um instrumento baseado na construção coletiva, que reflete a vontade de toda a comunidade escolar em unir esforços e estabelecer práticas pedagógicas e administrativas inovadoras que servirão de mecanismos para uma educação de qualidade.

A complexidade da atual sociedade que vivemos exige uma constante mudança pedagógica na instituição escolar, de modo que a escola, ao organizar seu currículo, não pode apenas baseá-lo em matriz de conhecimento acadêmico, mas também deve estar ciente de que a responsabilidade é muito maior.

O Projeto Político Pedagógico alicerçado na Resolução CCE/CP N. 03 de fevereiro de 2018 e na Lei das Diretrizes e Bases da Educação reúne um conjunto de esforços e toda a comunidade escolar com intuito de oferecer uma educação democrática e de qualidade, vencendo os obstáculos e as limitações existentes para a formação e o exercício da cidadania.

Este documento reflete os pensamentos e questionamentos no que diz respeito aos objetivos da educação. Norte de todas as ações administrativas e pedagógicas da comunidade escolar. Apresenta de forma clara e objetiva o que se espera dentro do processo educacional.

Houve participação democrática no processo de construção do Projeto Político Pedagógico dando real importância aos anseios de toda a comunidade escolar através de diálogos e reuniões.

O Projeto Político Pedagógico baseou:

- Referencial teórico e diretriz;
- Levantamento da realidade escolar;
- Plano de ação e avaliação.

Portanto, este documento é de construção coletiva e funcionará como um elemento norteador de nossa prática pedagógica. Porém, ressaltamos que nosso projeto não tem um ponto final, mas sim constantemente avaliado e reconstruído, pautando-se no diálogo.



2. MARCO SITUACIONAL

Pensar na sociedade contemporânea, implica pensar nas mudanças que ocorrem em todas as camadas sócio-político-econômico que colaboram, muitas vezes, para as desigualdades sociais, quebra de valores essenciais, preconceito crescente, desestruturação familiar, falta de respeito, de amor e a violência assola os lares e o ambiente escolar.

Todo este desequilíbrio reflete na aprendizagem e no relacionamento interpessoal na escola. E como a instituição escolar, como mediadora das diversidades, tem como objetivo garantir uma educação de qualidade respeitando o indivíduo no seu processo de aprendizagem num contexto social. Sendo assim, acreditamos que a escola deve atuar como uma instituição transformadora, e vem se estruturando para atender às necessidades da sociedade educacional do século XXI.

A escola tem a responsabilidade de nortear as atitudes básicas para a transformação de uma sociedade mais justa e democrática, onde homens trabalhem para viver com qualidade e respeito, valorizando a cultura e a discussão entre todos e por todos.

2.1. Identificação da escola

Nome: Escola Municipal Geraldo Ferreira Queiroz

Número do INEP: 52026850

Endereço: Distrito de Serra Dourada

E-mail: semecfaznova@yahoo.com.br

2.2. Aspectos históricos

A Escola Municipal Geraldo Ferreira Queiroz, pertence à rede Municipal de Ensino, situada na Avenida Brasília setor central no Distrito de Serra Dourada, nela são atendidos alunos da Educação Infantil na etapa da Pré-Escola com agrupamentos de quatro e cinco anos, Ensino Fundamental Anos Iniciais do 1º ao 5º ano. São atendidos alunos da zona urbana e zona rural das fazendas circunvizinhas no período vespertino.

Ela foi criada com base na Lei nº 9.977, de 14 de janeiro de 1986, com a nomenclatura de Escola Estadual Serra Dourada e atendia alunos desde a alfabetização até a 8º série. Em 05 de fevereiro de 2002 conforme Convênio de cooperação entre Estado e Município observados nos artigos 211 e 212 da Constituição Federal, 157 da



Constituição Estadual, os alunos matriculados da 1ª até a 4ª passaram para a responsabilidade do município.

Com o fim do atendimento dos alunos de 5ª a 8ª série no distrito de Serra Doura, os alunos passaram a estudar em Fazenda Nova. O então prefeito municipal Daniel Martins Mariano fez a solicitação de disponibilidade do prédio para funcionar a Escola Municipal de Serra Dourada com o ofício n. 075/09 em 28 de janeiro de 2009.

Na Gestão de 2017/2020 a escola não funcionou no Distrito de Serra Dourada. Todos os alunos da Pré - Escola ao Ensino Fundamental Anos Iniciais foram transportados para Fazenda Nova por três anos (2017, 2018 e 2019). Em 2020 por causa do covid as aulas foram online.

Em 2021 com o município sobe nova gestão, a escola foi reativada. Foram feitas reformas em todo o prédio. Foram contratadas profissionais da área passando a atender em salas multisseriada na Educação Infantil, Jardim II com a faixa etária de quatro anos, Jardim III crianças com cinco anos até 31 de março data prevista por lei. Ensino Fundamental Anos Iniciais do 1º ao 5º Ano.

De acordo com a Lei Municipal nº 609 de 29 de setembro de 2021. A escola passou a ser denominada Escola Municipal Geraldo Ferreira Queiroz.

2.3. Caracterização física da instituição

O espaço físico e recursos materiais e humanos são elementos essenciais para que o processo de educação se efetive e tenha êxito, pois são poderosos auxiliares na aprendizagem escolar.

Na Escola Municipal Geraldo Ferreira Queiroz, o espaço físico é composto por 06 (seis) salas e atende no presente ano 08 alunos. Sendo que 03 (três) salas que funcionam como sala multisseriada na Pré-Escola Jardim II e Jardim III, o 1º e 2º Ano e 3º, 4º e 5º ano, as (03) três salas restantes são divididas em sala da secretaria, biblioteca e depósito.

2.4. Caracterização da clientela

Os pais ou responsáveis de nossos alunos, na sua maioria possuem baixa escolaridade, são pequenos proprietários de terra ou trabalhadores rurais assalariados, ou exercendo atividades ligadas ao meio agrário de forma variada como trabalhador braçal, tirador de leite entre outros.



3. PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

3.1. Missão da escola

Temos como missão primar pela educação de qualidade considerando os aspectos individuais de cada aluno e seu ritmo de aprendizagem. Para tanto, utilizaremos diversas estratégias com aulas atrativas e dinâmicas em um ambiente saudável e propício à aprendizagem, objetivando assim, a aquisição do conhecimento através da participação ativa do aluno. Estimularemos ainda o desenvolvimento da autonomia, a parceria família-escola e o convívio com a diversidade, favorecendo a formação de cidadãos aptos à realidade social.

3.2. Concepção de educação

A escola fundamenta-se em uma concepção sociointeracionista de educação, compreendendo o aluno como sujeito ativo na construção do conhecimento, mediado pelas interações sociais, culturais e pedagógicas, conforme os pressupostos de Vygotsky

3.3. Gestão democrática

A ênfase na gestão democrática da escola impõe-se por princípios já consagrados na Constituição Federal Brasileira, em seu Artigo 206, inciso VI que elenca a importância da “gestão democrática do ensino público” colocando-a como obrigatória em todos os órgãos públicos de educação (BRASIL, 1988).

A abrangência da ação do gestor percebe-se sua importância na articulação das ações que ocorrem na escola e no espaço discursivo nela gerado.

O papel do gestor não se restringe a função meramente burocrática; é necessário estabelecer um relacionamento entre meios e fins para superação de problemas educacionais e administrativos.

A gestão democrática da Unidade Escolar é garantida através da participação direta e/ou representativa de todos os segmentos da comunidade escolar.

- Conselhos de Classe;
- Reuniões Pedagógicas;
- Reuniões Administrativas;
- Reuniões de Pais;



- Reuniões com o Conselho Escolar.

A escola trabalha com as concepções pedagógicas sociointeracionista e tradicionais, prevalecendo à primeira concepção, em que o trabalhado o conhecimento prévio, em função do contexto sociocultural do aluno, de sua vida e de sua experiência sociocultural, e este, por sua vez, influenciam as formas e os tempos diferentes de aprendizagem dos conteúdos trabalhados e das competências construídas. E também são respeitados os níveis ou zonas de desenvolvimento proximal, ZDP, entram em contato com outras referências potencializando o nível real, ou seja, as práticas sociais permitem uma série de desenvolvimentos impossíveis de realizar sem os processos educativos, o que em termos operacionais significa afirmar, como Vygotsky, que: “O que uma criança é capaz de fazer hoje, com o auxílio do *outro*, *poderá fazê-lo amanhã por si só*” (1989).

4. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

“Apesar da legislação que vem sendo promulgada principalmente ao longo das últimas décadas, com relação à inclusão de crianças com deficiência nos recursos comuns de educação, e apesar das recomendações técnicas internacionais que apontam para a inserção de crianças com deficiência nos recursos de ensino comuns como uma das estratégias mais importantes para viabilizar e apoiar a integração social dessas crianças em etapas futuras da vida, na nossa realidade ainda são escassas as ações voltadas para esse objetivo e que ofereçam a essas crianças um ensino com qualidade.” (Machado, pg. 292).

Em nossa escola a inclusão tem como objetivo propiciar a todos os alunos a aprendizagem respeitando suas peculiaridades, influenciando a conviver com a diversidade e respeito ao aprendizado.

5. ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

5.1. Modalidades ofertadas

Educação Infantil e Ensino Fundamental I, com vagas e turmas ofertadas conforme a demanda no horário das 12h30min às 16h55min.

5.2. Organização curricular



A organização curricular está fundamentada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Documento Curricular para Goiás (DC-GO), assegurando o desenvolvimento das competências gerais e específicas previstas para cada etapa.

5.3. Metodologias

As práticas pedagógicas envolvem aulas dialogadas, atividades lúdicas, projetos interdisciplinares e utilização de recursos didáticos e tecnológicos, visando tornar o ensino significativo e contextualizado.

5.4. Ensino das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana

Segundo a Resolução nº 1 de 17 de junho de 2.004 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana de acordo com a Lei 10.639/2003 estabelece a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro - Brasileira e Africana na Educação Básica, buscando cumprir o estabelecido na Constituição Federal bem como nos artigos pertinentes a esta lei, ECA e PNE nas Diretrizes Bases da Educação Nacional que, asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional todos os brasileiros.

Aos estabelecimentos de ensino está sendo atribuída responsabilidade de acabar com o modo falso e reduzido de tratar a contribuição dos africanos escravizados e de seus descendentes para a construção da nação brasileira; de fiscalizar para que, no seu interior, os alunos negros deixem de sofrer os primeiros e continuados atos de racismo de que são vítimas.

Para conduzir suas ações, os sistemas de ensino, os estabelecimentos, os professores terão como referência, entre outros pertinentes às bases filosóficas e pedagógicas que assumem os princípios a seguir:

- Consciência política e histórica da diversidade;
- Fortalecimento de identidades e de direitos;
- Ações Educativas de combate ao racismo e a discriminações.



6. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação é contínua, diagnóstica e formativa, considerando o desenvolvimento global do aluno. Os resultados subsidiam o planejamento e as intervenções pedagógicas, sendo registrados por meio de parecer descritivo e boletim escolar.

7. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

7.1. Administração financeira

A Escola municipal Geraldo Ferreira Queiroz é contemplada com recursos provenientes do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Embora as verbas sejam repassadas diretamente para contas bancárias administradas pelo Poder Executivo, a escola também conta com investimentos oriundos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e da Quota do Salário-Educação.

O PNAE é destinado ao custeio da merenda escolar, enquanto o PNATE e a Quota do Salário-Educação são voltados ao transporte escolar. Além disso, a unidade escolar mantém parceria com a Secretaria de Estado da Educação, por meio de recursos provenientes do Salário-Educação.

Todas as verbas são repassadas conforme o número de alunos regularmente matriculados na instituição.

8. PEDAGÓGICO

Para o bom andamento do processo ensino-aprendizagem, é preciso que haja um relacionamento agradável, sólido e sadio entre pais, escola e comunidade para resolver problemas combinando ideias e informações.

O envolvimento de toda comunidade na escola é uma forma de somar forças e dividir responsabilidades quanto ao bom desempenho do aluno, da escola como uma entidade competente e formar cidadãos capazes de exercer a cidadania.

9. EQUIPE INSTITUCIONAL

9.1. Nominata do Grupo Gestor

Grupo Gestor	Cargo/Função	Formação	Obs.
Suely Barbosa de Oliveira	Secretária Municipal de Educação	Licenciatura em Pedagogia Pós-graduação em Psicopedagogia	Responsável direta pela escola.
Thayssa Pereira da Silva	Coordenadora pedagógica.	Licenciatura em Matemática/ Licenciatura em Pedagogia/ Pós-graduação em Psicopedagogia com Ênfase em Educação Inclusiva.	Coordenação de apoio as escolas.

9.2. Nominata do Corpo Docente.

ENSINO FUNDAMENTAL				
Professores	Formação	Cargo/Função	Disciplina(s)	Ano/Turma
Vergilina Antonio da Silva Ribeiro	Licenciatura em Educação Física	Professora	Todas	Jardim II (4 anos) Jardim III (5 anos)
Wérica Priscila de Oliveira	Licenciatura em Pedagogia/ Pós-graduação em Psicopedagogia	Professora	Todas	1º e 2º Ano
Lorrany Priscila de Souza Monteiro	Licenciatura em Pedagogia/ Especialização em Docência no Ensino Superior e Psicopedagogia	Professora	Todas	3º, 4º e 5º Ano

9.3. Nominata da Equipe Técnica-Administrativa

Nome	Formação	Cargo/Função
Elivone Simão Vaz de Melo	Ensino Fundamental	Auxiliar de leitura



9.4. Nominata da Equipe de Apoio

Nome	Formação	Cargo/Função
Sônia Pereira Valgas	Ensino Fundamental	Serviços gerais
Suede Maria da Costa Silva	Ensino Fundamental	Merendeira

10. APRESENTAÇÃO DE NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO, ANOS, SÉRIES E/OU PERÍODOS E SEMESTRES OFERTADOS PELA ESCOLA.

Ano/série	Nº. de alunos por período ou série
	Vespertino
Agrupamento: 4 e 5 anos	01
Agrupamento :1º e 2º Ano	02
Agrupamento: 3º, 4º e 5º Ano	05

11. A EDUCAÇÃO PELA FILOSOFIA

A educação deve levar ao aluno a possibilidade de um pensamento reflexivo partindo do seu cotidiano para uma compreensão mais ampla do mundo. No processo educacional deve ser observado e analisado os pontos de vista e verdades individuais diferentes, levando ao desenvolvimento do pensamento autônomo indispensável para o exercício da cidadania.

O desenvolvimento filosófico da prática escolar se desenvolve através do diálogo investigativo estabelecendo-se uma interação entre os diferentes campos do conhecimento e a realidade (interdisciplinaridade), possibilitando ao aluno ser um agente crítico-histórico e transformador.



O diálogo investigativo aperfeiçoa as habilidades cognitivas de:

- Investigação;
- Raciocínio;
- Formação de conceitos;
- Compreensão das diferentes linguagens.

Indivíduos e sociedades se produzem nas interações transformando-se mútua e permanentemente.

Pensar criticamente é fundamentar o que se diz, buscando razões, aperfeiçoando, corrigindo, modificando o que pensamos, mostrando o que podemos aprender uns com os outros, imprimindo significado e compreensão às aprendizagens.

12. PERSPECTATIVAS GERAIS DO TRABALHO PEDAGÓGICO

12.1. Objetivo Geral

Incentivar ao desenvolvimento intelectual, ético-moral e artístico dos alunos. Contribuindo para formação de cidadãos atuante para uma sociedade mais justa e intolerante a qualquer tipo preconceito e racismo.

12.2. Objetivos Específicos

- Elevar o desempenho nas atividades propostas;
- Oportunizar aos alunos momentos de recuperação contínua e paralela;
- Promover ações visando às inter-relações pessoais;
- Desenvolver ações que aumente à interação entre pais, escola e comunidade;
- Promover práticas pedagógicas inclusivas;
- Proporcionar momentos de formação continuada;
- Envolver pais, alunos e comunidade no processo ensino-aprendizagem de modo que, sentindo-se responsáveis, assumam, juntamente com a escola, esse compromisso de educar para a cidadania;
- Definir ações educativas que visem à efetivação, com sucesso, destes propósitos;
- Implantar uma política pedagógica que ultrapasse a pedagogia tradicional retrógrada, colocando a escola como mediação entre o individual e o social, na articulação entre a



transmissão dos conteúdos e assimilação crítica ativa por parte do aluno, usando para isto os recursos didáticos que a escola atualmente dispõe e tentando ainda buscar mais recursos (material didático) junto aos órgãos competentes;

- Planejar, controlar e avaliar o processo ensino-aprendizagem;
- Respeitar os direitos e deveres de cada um;
- Propiciar a prática de leitura, tornando-a um hábito comum a todos os segmentos;
- Coordenar e dinamizar as atividades administrativas e educacionais, em cooperação com os demais servidores da escola;
- Diagnosticar as dificuldades para fazer intervenções;
- Promover maior intercâmbio entre escola e comunidade;
- Tornar as aulas mais interessantes e criativas.
- Estabelecer metas de ensino para atender os alunos com dificuldades;
- Implementar projetos e combater a evasão escolar;
- Promover eventos comemorativos escola/comunidade;
- Proporcionar ações para acompanhamento da aprendizagem dos alunos.

12.3. Práticas Pedagógicas

As reflexões acerca dos aspectos que influenciam a prática pedagógica são oriundas das inquietações vivenciadas no cotidiano da sala de aula. As ações propostas direcionam-se a práticas pedagógicas desenvolvidas por docentes comprometidos, que elaboram e executam projetos voltados ao crescimento intelectual do alunado, dentro e fora do espaço escolar.

Os professores, juntamente com o grupo gestor, atuam com seriedade nas decisões pedagógicas, sempre em consonância com as Diretrizes Superiores e com o Documento Curricular para Goiás – Ampliado (DC-GO), documento que define os conteúdos mínimos a serem trabalhados na formação básica dos alunos. O objetivo é promover e garantir o pleno desenvolvimento cognitivo, social e cultural dos estudantes.

Nesse sentido, o documento constitui-se também como uma ferramenta fundamental para assegurar a qualidade da educação, ao estabelecer os níveis de desenvolvimento e as aprendizagens essenciais a que todos os alunos têm direito. As atividades são elaboradas de acordo com as habilidades previstas no Documento Curricular para Goiás (DC-GO), de caráter normativo, que define o conjunto orgânico e progressivo das aprendizagens essenciais das crianças. Dessa forma, o documento torna-se o norteador do ensino nesta instituição.



O grupo gestor atua continuamente de forma responsável, segura e democrática, orientando, respeitando e preservando o bom convívio entre todos os membros da comunidade escolar. Há um esforço constante para o cumprimento da carga horária mínima anual, dos 200 dias letivos e do desenvolvimento dos conteúdos previstos na Base Nacional Comum Curricular.

A escola acredita no crescimento e no sucesso do aluno, desenvolvendo ações contínuas para alcançar e superar as expectativas estabelecidas. Para isso, são definidas metas prioritárias que abrangem diferentes dimensões do trabalho escolar, desde a sala de aula até a participação ativa de toda a comunidade escolar. O tempo escolar é valorizado, refletindo-se na organização do calendário, no ritmo das atividades, no cumprimento rigoroso do ano letivo e da carga horária prevista.

Os pais compartilham da visão e das expectativas da escola em relação ao sucesso de seus filhos, acreditando em seu potencial e na capacidade da instituição em garantir uma educação de qualidade. Na maioria das vezes, participam da vida escolar dos estudantes, tanto em casa quanto na escola, seja como voluntários ou como membros das instâncias colegiadas, como o Conselho Escolar. Por meio da participação das famílias, a escola fortalece o vínculo com a comunidade, envolvendo voluntários e parceiros na construção de seus resultados educacionais.

12.4. Prática docente

O Corpo Docente juntamente com o Grupo Gestor evidencia na prática pedagógica da escola, o compromisso com a aprendizagem de qualidade buscando sempre estar atualizados através de momentos de estudo.

Podemos constatar, através de alguns teóricos como Freitas (2002), que as reformas educativas atuais colocam os educadores em confronto com dois desafios: reinventar a escola como local de trabalho e reinventar a si mesmo como pessoas e profissionais da educação. Isto é um indicativo de que os educadores precisam não apenas reinventar suas práticas educativas, no sentido de repensar suas atitudes, concepções, métodos e conhecimentos sobre o processo de aprendizagem do discente, como também reinventar suas relações profissionais que começa com a observação de sua postura em relação ao outro.

Sendo assim, procuramos ser o espaço social que tem como função específica possibilitar ao aluno a apropriação de conhecimentos científicos, filosóficos, matemáticos



dentre outros, sistematizados ao longo da história da humanidade, bem como propiciar e estimular o desenvolvimento de habilidades e competências à produção de um novo saber, que possam ajudá-lo a compreender as relações, como requisito do seu processo de formação, e que perpassam as entrelinhas das injustiças sociais, tão presentes em nossa sociedade. E, para isso se tornar realidade realizamos vários projetos interdisciplinares que procuram integrar o aluno nesse universo do saber que tanto almejamos que ele entenda se integre.

Procuramos conhecer os problemas que envolvem a prática educativa na atualidade, com a intenção de superá-los, pois a escola só torna-se democrática, na medida em que colabora com uma formação crítica e consciente, voltada para a transformação social.

Nesse sentido, Seber (2000) e Rego (2000) mostram a concepção de teóricos como Piaget e Vygostky, respectivamente, para quem o conhecimento de modo geral, acontece na interação constante entre o aluno e o objeto a ser conhecido, tendo o educador como um mediador desse processo. Neste sentido, o educador contextualiza a sua prática docente, considerando o aluno como um sujeito integral e concreto, historicamente situado, isto é, um indivíduo que possui a partir da sua história de vida, uma bagagem cultural construída na interação com o meio em que está inserido, tendo uma identidade que além de individual, é também coletiva e que o liga a sua classe social de origem.

Sendo assim, nosso educador busca na sua formação permanente, compreender os princípios e saberes que são necessários à prática educativa. Dessa forma, entendemos que como educadores, devemos nos assumir, também, como sujeitos inerentes à produção do saber, e assim, definir sobre nossas práticas de ensinar, pois segundo Freire (1996:26) “não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. Neste sentido, compete a nós educadores apontar caminhos aos discentes, e a estes cabem, como sujeitos do processo de ensino-aprendizagem, expandir os conhecimentos necessários a sua formação tanto pessoal como profissional.

12.5. Metodologias Utilizadas

As professoras da Escola Municipal Geraldo Ferreira Queiroz desenvolvem um trabalho que envolve os alunos por meio de práticas diversificadas, como projetos interdisciplinares, seminários, palestras, simulados, apresentações teatrais, aulas



expositivas e dialogadas com uso de recursos didáticos e tecnológicos disponíveis na unidade escolar.

12.6. Planejamento das Aulas

O processo de ensino e aprendizagem se caracteriza pela combinação de atividades do professor e dos alunos. A orientação eficaz desse processo depende do trabalho sistematizado do professor que, tanto no planejamento como no desenvolvimento nas aulas combinam objetivos, conteúdos, métodos e formas organizativas do ensino. O professor, ao dirigir e estimular o processo de ensino em função da aprendizagem dos alunos utiliza intencionalmente um conjunto de ações e procedimentos.

13. PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO ALUNO

A avaliação está articulada à concepção de educação, de ser humano e de sociedade que a escola almeja. Parte-se do entendimento de que o sujeito se constrói historicamente, sendo resultado das relações sociais estabelecidas entre os indivíduos e destes com a natureza.

Nesse contexto, a avaliação é compreendida como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem, assumindo uma função diagnóstica e formativa. A ação do professor consiste em avaliar para intervir, possibilitando a verificação do aproveitamento do aluno, do próprio desempenho docente e do envolvimento da escola no processo educativo. A partir dos resultados obtidos, a prática pedagógica é redirecionada, tendo como referência a evolução do aluno e os critérios de avaliação definidos para as diferentes áreas do conhecimento.

A avaliação do aproveitamento escolar terá seus resultados expressos por meio de Parecer Descritivo e Boletim Escolar Trimestral.

14. CONSELHO DE CLASSE

De acordo com a Resolução CEE/CP N.03 de 16 de fevereiro de 2018 o Conselho de Classe é um órgão de acompanhamento das atividades de planejamento, execução e avaliação das ações pedagógicas previstas e aprovadas no PPP da escola em seu Regimento para cada sala.



O Conselho de Classe tem por finalidade:

- I- Estudar e interpretar os dados da aprendizagem na sua relação com o trabalho do professor na direção do processo ensino-aprendizagem, proposto pelo Plano Curricular;
- II- Acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados;
- III- Analisar os resultados da aprendizagem, contextualizando-os na seleção e organização dos conteúdos e no encaminhamento metodológico proposto e desenvolvido com a turma;
- IV- Utilizar procedimentos que assegurem a comparação com os parâmetros indicados pelos conteúdos e encaminhamento metodológicos necessários de ensino.

15. ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

15.1. Educação Infantil

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica. É a única que está vinculada a uma idade própria: atende crianças de zero a três anos na creche e de quatro e cinco anos na pré-escola. Tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (LDB, art.29).

Esse tratamento integral das várias dimensões do desenvolvimento infantil exige a indissociabilidade do educar e do cuidar no atendimento às crianças. A educação infantil, como dever do Estado, é ofertada em instituições próprias — creches para crianças até três anos e pré-escolas para crianças de quatro e cinco anos — em jornada diurna de tempo parcial ou integral, por meio de práticas pedagógicas cotidianas. Essas práticas devem ser intencionalmente planejadas, sistematizadas e avaliadas em um projeto político-pedagógico que deve ser elaborado coletiva e democraticamente com a participação da comunidade escolar e desenvolvido por professores habilitados. A educação infantil, cuja matrícula na pré-escola é obrigatória para crianças de quatro e cinco anos, deve ocorrer em espaços institucionais, coletivos, não domésticos, públicos ou privados, caracterizados como estabelecimentos educacionais e submetidos a múltiplos mecanismos de acompanhamento e controle social.

A partir da significativa demanda e expansão da educação infantil, e considerando as competências da União de coordenar a Política Nacional de Educação, de prestar



assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento da educação e de estabelecer diretrizes para a Educação Infantil, o Ministério da Educação vem implementando ações com vistas a garantir não apenas a expansão da oferta de Educação Infantil, mas também a qualidade no atendimento às crianças de zero a seis anos de idade, em creches e pré-escolas.

A educação infantil é um direito humano e social de todas as crianças até seis anos de idade, sem distinção decorrente de origem geográfica, caracteres do fenótipo (cor da pele, traços de rosto e cabelo), da etnia, nacionalidade, sexo, de deficiência física ou mental, nível socioeconômico ou classe social. Também não está atrelada à situação trabalhista dos pais nem ao nível de instrução, religião, opinião política ou orientação sexual.

15.2. Ensino Fundamental

O Artigo 32 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional determina como objetivo do Ensino Fundamental a formação do cidadão, mediante:

I – O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II – A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV – O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Serão trabalhadas as áreas do conhecimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

A estrutura do Documento Curricular para Goiás assemelha-se à BNCC, pois mantém a apresentação da Educação Infantil ancorada em direitos de aprendizagens e desenvolvimento, campos de experiências e objetivos de aprendizagens e desenvolvimento, e do Ensino Fundamental em áreas de conhecimento (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas) e componentes curriculares (Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Arte, Educação Física, Matemática, Ciências da Natureza, História e Geografia).



A exemplo da BNCC, o DC-GO também é regido pelas dez competências gerais que permeiam todas as etapas da Educação Básica, bem como todas as áreas de conhecimento e seus respectivos componentes curriculares. Estas competências gerais se articulam aos direitos de aprendizagens e desenvolvimento na Educação Infantil e são o alicerce das competências específicas de área e de componentes; assim como dos objetivos de aprendizagens e desenvolvimento e das habilidades e são listadas a seguir:

Conhecimento, Pensamento científico, crítico e criativo, Repertório cultural, Comunicação, Cultura digital, Trabalho e projeto de vida, Argumentação, Autoconhecimento e autocuidado, Empatia e cooperação, Responsabilidade e cidadania.

15.3. Educação Especial

A educação especial é uma modalidade de educação básica, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9394/96. Atende as necessidades e expectativas da sociedade em transformação pela implementação de políticas educacionais que têm como meta a educação inclusiva.

Tem como fundamentos básicos a igualdade e a diversidade. A igualdade de direitos na diversidade de condições necessárias ao desenvolvimento de todos os cidadãos.

16. PROGRAMAÇÃO

16.1. Publicidade e Divulgação do PPP

A divulgação e aprovação do Plano Político Pedagógico serão realizadas no Trabalho Coletivo do mês de março, sendo que nesta oportunidade estarão presentes os segmentos que compõem a comunidade escolar. O monitoramento/acompanhamento e cumprimento das metas, ações e Plano de Ação ficarão sob a responsabilidade da Equipe Gestora e da Coordenação Pedagógica, auxiliando e mobilizando o corpo docente e discente em prol do cumprimento ao que está registrado no presente documento.

16.2. Avaliação e Revisão do PPP

O Projeto Político-Pedagógico não pode ser considerado concluído ao término desta narrativa. Trata-se de um documento que necessita ser analisado, discutido e aperfeiçoado continuamente, mantendo-se flexível e dinâmico. Não se destina ao mero cumprimento de



exigências legais ou ao conseqüente engavetamento, mas constitui-se como um referencial orientador da ação educativa da escola, contendo reflexões significativas acerca da realidade educacional na qual está inserida.

Nesse sentido, será realizada uma apreciação semestral do Projeto Político-Pedagógico, visando à sua atualização permanente, ao redirecionamento de ações e ao fortalecimento de intervenções nas áreas que apresentarem maiores dificuldades, assegurando, assim, um processo contínuo de aperfeiçoamento.

16.3. Programa AlfaMais GO

Para ser considerado alfabetizado em Língua Portuguesa, o estudante deve compreender o funcionamento do sistema alfabético de escrita; construir autonomia de leitura e se apropriar de estratégias de compreensão e de produção de textos. Da mesma forma, para ser considerado alfabetizado em Matemática, o estudante deve aprender a raciocinar, representar, comunicar, argumentar, resolver matematicamente problemas em diferentes contextos, utilizando-se de conceitos, de procedimentos e de fatos.

Dessa forma, o programa AlfaMais Goiás (Programa em Regime de Colaboração pela Criança Alfabetizada) foi criado pela lei estadual nº 21.071, sancionada em 9 de agosto de 2021 e envolve diretamente professores e estudantes da Educação Infantil e do 1º, 2º e 5º anos do Ensino Fundamental.

Portanto, o objetivo programa AlfaMais Goiás, é reduzir os índices de alfabetização incompleta e letramento insuficiente entre as crianças matriculadas nas redes públicas e assegurar a alfabetização completa das crianças na idade certa, até o 2º ano do Ensino Fundamental I.

O programa também inclui a formação dos professores alfabetizadores, com intuito de apresentar propostas pedagógicas e materiais para aperfeiçoar a alfabetização das crianças, nesse contexto a escola tem acatado e feito ações que favorece alfabetização e letramento das crianças voltada à proposta do AlfaMais. A finalidade maior do trabalho é a leitura, a escrita e o raciocínio lógico.

16.4. Parceria com Unidade de Saúde

Educação e saúde são elementos fundamentais para a construção da cidadania. A parceria com a Unidade de Saúde se efetivará a partir de ações como:

- Palestras e ações com os alunos referentes à higiene bucal e corporal;



- Ações referentes à saúde física;
- Palestras com famílias sobre temas referentes à saúde e educação;
- Ações em conjunto com a escola para encaminhamento a diferentes especialistas e/ou clínicas especializadas, como o CAS.

16.5. Educação para o trânsito

Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2017 o Brasil era o quarto país com maior número de mortos no trânsito, com 23,7 óbitos a cada 100 mil habitantes, ficando atrás somente da República Dominicana, Belize e Venezuela.

O Projeto Educação para o Trânsito tem como objetivo ensinar as crianças como agir de forma correta e segura no trânsito. Sendo também uma disseminadora educativa em suas famílias.

Na escola nasce e desenvolve e repassa princípios fundamentais da cidadania e respeito mútuo. Nesse sentido a formação de cidadãos mais preocupados com o trânsito, além do seio familiar, também deve passar pela escola.

As crianças convivem diariamente com o trânsito, e por isso, desde muito cedo precisam estar atentos ao comportamento que devem ter no momento de passear com os pais, na hora de atravessar a rua, andar no transporte público ou brincar na rua.

16.6. Páscoa: Ressurreição de cristo

Tarefas:

- Leitura textos reflexivos;
- Apresentações;
- Entrega de ovos da páscoa;
- Atividade de Arte.

16.7. Mãe: Rainha do lar

Tarefas:

- Confecção de cartões;
- Apresentações;
- Leitura e interpretação de textos sobre o tema;
- Festa comemorativa.



16.8. Resgate Cultural: Arraiá de todos nós III

Tarefas:

- Atividades de leitura e escrita;
- Atividade de Arte;
- Apresentação de danças.

16.9. Pai: O provedor

Tarefas:

- Confecção de cartões;
- Apresentações;
- Leitura e interpretação de textos sobre o tema;
- Festa comemorativa.

16.10. Dia do Professor

Tarefas:

- Dinâmicas;
- Festa Comemorativa.

16.11. Dia das Crianças

Tarefas:

- Atividades recreativas;
- Lanche coletivo;
- Lembrancinhas.
- Festa Comemorativa.

16.12. Plantar para respirar

- Plantar árvores;
- Atividades sobre a importância das plantas;
- Incentivar o plantio e cultivo de plantas.

16.13. No circo têm, tem sim senhor!

Tarefas:



- Ornamentação;
- Apresentações;
- Leitura e interpretação de textos sobre o tema;
- Culminância.

16.14. Projeto: Nosso planeta pede socorro

Tarefas:

- Cartazes;
- Confecção de brinquedos com materiais recicláveis;
- Apresentações;
- Leitura e interpretação de textos sobre o tema;
- Culminância.

16.15. Projeto: Água é vida

Tarefas:

- Cartazes;
- Vídeos do tema;
- Apresentações;
- Leitura e interpretação de textos sobre o tema;
- Culminância.

16.16. Projeto: Meio Ambiente

Tarefas:

- Cartazes;
- Vídeos do tema;
- Confecção de brinquedos com materiais recicláveis;
- Apresentações;
- Leitura e interpretação de textos sobre o tema;
- Culminância.

16.17. Projeto: Dia do Índio

Tarefas:



- Cartazes;
- Vídeos sobre o tema;
- Confecção de brinquedos indígenas;
- Apresentações;
- Leitura e interpretação de textos sobre o tema;
- Culminância.

16.18. Projeto: Vamos Viajar no Mundo da Leitura!

O trabalho com a leitura pressupõe a construção do sentido do texto estabelecendo um diálogo entre autor e leitor. A preocupação da escola deve ser a de garantir que os alunos tenham acesso a essa prática. Para tanto, buscamos articular a experiência “Leitura e Escrita: Vamos Viajar no Mundo da Leitura!” de maneira dinâmica através de ações socializadoras e diversificadas.

Acreditamos que a escola deve ser um ambiente permanente de reflexão e discussão dos problemas buscando alternativas viáveis à efetivação de seu objeto. O professor e a família têm um papel fundamental nessa conquista, pois não haverá democratização da escola sem a real participação dos agentes envolvidos no processo escolar.

O educador tem nas mãos uma tarefa importante e cabe a ele agir consciente de modo a se utilizar os recursos disponíveis que a escola oferece, inserindo o educando na realidade vigente e preparando para atuar nesse novo molde global, valorizando o seu senso crítico e tornando-se consciente de sua prática no mundo.

Sabemos que os impactos da pandemia no ambiente escolar foram grandes. Pensando nisso, a escola tem buscado através das oficinas de reforço com leitura/escrita tem sido fundamental para aprendizagem das crianças do 1º, 2º e 3º ano do ensino fundamental I.

O objetivo das oficinas é desenvolver a leitura e a escrita numa concepção reflexiva, por meio dos gêneros textuais, ampliando a capacidade de ler e interpretar o que leu e escreveu, ensinando e aprimorando a alfabetização das crianças.

No entanto, as professoras têm planejado leituras e atividades que favorecem alfabetização das crianças. Além disso, a escola também oferece professoras de leitura que trabalha de forma individual com todo alunado da escola.



16.19. Projeto de Formação Continuada do Professor

Visando estimular a participação em cursos de capacitação de curto, médio e longo prazo, em coerência com a proposta pedagógica da escola, com as necessidades da mesma e em consonância com as diretrizes curriculares da Mantenedora, a escola organizará momentos de encontro previstos em calendário.

A equipe escolar da Escola Municipal Pedacinho da Gente são oferecidos momentos de coletivo com datas definidas no calendário escolar, encontros pedagógicos com professores, reuniões com toda comunidade escolar para construção do PPP, Regimento Escolar, normas internas da escola, planejamento anual e diário da prática docente, palestras, cursos online e presenciais oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação e sob orientação Secretaria Estadual da Educação e Subsecretaria Regional trabalho.

Os Trabalhos Coletivos e Reuniões Pedagógicas com intuito de organização e reorganização do planejamento, avaliação, processo de ensino aprendizagem, sempre em parceria pedagogo/professor e equipe que trabalha com determinado grupo de alunos, na perspectiva de aperfeiçoar o trabalho pedagógico e melhorar a qualidade de ensino.

16.20. Projeto: Sacolinha Literária

Apresentação

O projeto "Sacolinha Literária" será desenvolvido na Escola Municipal Professora Terezinha Primo Ferreira com os alunos do 3º ano e 4º ano do Ensino Fundamental I, com intuito de aprimorar a leitura e o letramento das crianças.

Justificativa

Este projeto enfoca a importância de ouvir histórias e do contato da criança desde cedo com os livros. Quando a criança ouve ou lê uma história é capaz de viajar por um mundo encantado, adquirir a capacidade de comentar, passa a interagir com as histórias, acrescentam detalhes, personagens ou lembra fatos que passaram despercebidos pelo professor.

Sabemos que a literatura infantil contribui para o crescimento emocional e cognitivo e para a identificação pessoal da criança, propiciando ao aluno, a percepção de diferentes resoluções de problemas, despertando a criatividade, autonomia, que são elementos necessários à formação das nossas crianças.



Portanto, acreditamos que devemos propiciar aos nossos pequenos o contato com a literatura infantil, através deste projeto, contando com a parceria das famílias para incentivar e estimular o hábito da leitura, tornando um ato prazeroso para as nossas crianças.

Objetivo geral

Despertar no aluno o prazer pela leitura, possibilitando o desenvolvimento de competências que visem torná-lo leitor e produtor competente de textos, oferecendo os mecanismos e condições necessárias ao desenvolvimento de habilidades da leitura e da escrita, ampliando assim o conhecimento da linguagem e aumentando a capacidade de comunicação e expressão dos envolvidos, despertando-lhes de forma espontânea e prazerosa para o mundo fantástico da leitura.

Habilidades

(EF35LP02) Selecionar livros da biblioteca e /ou do cantinho de leitura da sala de aula e/ou disponíveis em meios digitais para leitura individual , justificando a escolha e compartilhando com os colegas sua opinião, após a leitura.

(EF35LP03) Identificar a ideia central do texto, demonstrando compreensão global.

(EF35LP04) Inferir informações implícitas nos textos lidos.

(EF35LP05) Inferir o sentido de palavras ou expressões desconhecidas em textos , com base no contexto da frase ou do texto.

(EF35LP03) Ler e compreender, com certa autonomia, textos em versos, explorando rimas, sons e jogos de palavras, imagens poéticas (sentidos figurados) e recursos visuais e sonoros.

(EF15LP02) Estabelecer expectativas em relação ao texto que vai ler (pressuposições antecipadoras dos sentidos, da forma e da função social do texto), apoiando se em seus conhecimentos prévios sobre as condições de produção e recepção desse texto, o gênero, o suporte e o universo temático, bem como sobre saliências textuais, recursos gráficos, imagens, dados da própria obra (índice, prefácio etc.), confirmando antecipações e inferências realizadas antes e durante a leitura de textos, checando a adequação das hipóteses realizadas.



Desenvolvimento

O projeto será norteado pela literatura infantil que serão previamente selecionados pela professora com o intuito de oferecer livros com bons textos, com gravuras que possibilitem o encantamento. Enfim, livros que possuam conteúdos e qualidades.

Avaliação

A avaliação visará entender o processo de cada criança e a significação que cada leitura comporta. Observação do comportamento do grupo na roda de leitura. Portanto, a avaliação ocorrerá no decorrer do projeto, buscando identificar se os objetivos traçados foram alcançados.

Culminância

O encerramento do projeto está previsto para à última quinzena do mês de novembro do corrente ano. Na oportunidade, serão expostos os trabalhos/ cadernos desenvolvidos durante o projeto, através da organização de uma exposição.

O Plano de Ação

O Plano de Ação Escolar é uma prática essencial para a organização da escola, viabilizando a administração de seus processos de maneira eficiente e direcionando suas atividades para o alcance de metas e objetivos projetados para o ano letivo.

Esse planejamento é primordial para que a instituição de ensino consolide um movimento constante de crescimento e aperfeiçoamento da qualidade de ensino prestado. Portanto a escola tem o objetivo de acompanhar o processo de ensino-aprendizagem atuando junto ao corpo docente, alunos e pais no sentido de analisar os resultados da aprendizagem com vistas a sua melhoria.

Os resultados estão relacionados ao sucesso das atividades propostas com relação aos objetivos e metas previstas.

Segue as ações as ações abaixo:

Ação: Brincando também aprende

Jardim II e III

Tarefas:



As atividades são feitas através de histórias contadas em sala, escritas das vogais que são apresentada com método Casinha Feliz.

Atividades em sala e para casa. As atividades de pinturas serão de forma tradicional, com lápis de cor.

Trabalhando com massinhas de modelar para melhoramento da coordenação motora.

Com objetivo de despertar no aluno a curiosidade de querer aprender mais, levar a criança ao aprendizado, focando na escrita da família silábica e leitura das vogais e junções das sílabas.

Com objetivo de motivar os alunos para que possam compreender o sistema alfabético com a finalidade de praticar a leitura e escrita com autonomia.

Ação: A hora de aprender é agora

1º e 2º Ano

Tarefas:

Será realizado atividades no caderno e livro para melhorar a escrita e desempenho do aluno nas dificuldades que ele apresenta.

Terá atividades realizadas através da leitura no quadro para o desenvolvimento do aluno e leitura com as professoras de apoio para complementar.

Será trabalhado em sala, ditados para que os alunos consigam aprender a pronúncia e saber escrever o que houve.

Sequências didáticas elaboradas pelas professoras.

Com objetivo de despertar no aluno o desejo da leitura, a criação de textos com a finalidade do estudante sempre buscar novos conhecimentos através da leitura e escrita.

Ação: Todos por uma Educação de qualidade

3º, 4º e 5º Ano

Tarefas:

Atividades serão realizadas diariamente com leituras no quadro, leituras nos livros literários.

Será trabalhado em sala, ditados para os alunos melhorarem a ortografia e aprender novas palavras.

Será aplicado em sala atividades que envolva o raciocínio do aluno e interpretação, além das atividades cotidianas que enriquecerá o aprendizado dos estudantes.



Com objetivo de desenvolver habilidades de leitura, interpretação e produção de histórias a partir de uma leitura de referência, no caso a literatura clássica, dirigida ao público infantil (releituras); ampliar a capacidade de compreensão da estrutura dos contos literários clássicos disponíveis para o público infantil; Desenvolver a competência em escrita de histórias de acordo com as características desse gênero textual.

Ação: Uma Aprendizagem Encantada

4º ano matutino e vespertino

Tarefas:

Os alunos levarão diariamente livros literários para casa para melhorar a leitura.

Toda semana será trabalhado produção de textos de acordo com o gênero textual trabalhado em sala.

Serão trabalhados diferentes ditados com os alunos.

Será aplicado em sala atividades que envolva o raciocínio do aluno e interpretação, além das atividades cotidianas que enriquecerá o aprendizado dos estudantes.

Com objetivo de despertar no aluno o amor pela leitura, mostrar a ele que através dela ele possa ir a lugares inimagináveis e sempre adquirindo novos conhecimentos que lhe ajudará futuramente.

16.21. Participação em Cursos, Congressos e Outros

Os critérios para participação dos profissionais em cursos, congressos e outros são:

- Vínculo com o trabalho pedagógico desenvolvido na escola;
- Necessidade de capacitação profissional para exercer determinada função;
- Disponibilidade do profissional em horário;
- Disponibilidade da escola na dispensa do profissional.

17. AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO – PEDAGÓGICO

O Plano de Ação consiste num conjunto de ações para superar as dificuldades encontradas no diagnóstico. Este documento encontra-se em anexo.



18. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

2020. Documento Curricular para Goiás (DC-GO). Goiânia/GO: CONSED/ UNDIME Goiás, 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de junho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 16 jul. 1990.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 05**, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 18 dez. 2009.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 03**, de 03 de agosto de 2005. Define Normas Nacionais para a Ampliação do Ensino Fundamental para Nove Anos de Duração. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 08 ago. 2005.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 02**, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 14 set. 2001.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Conselho Pleno. **Resolução nº 01**, de 17 de junho de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 22 jun. 2004.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução nº 03**, de 16 de fevereiro de 2018. Estabelece Diretrizes curriculares para Etapas e Modalidades da Educação Básica nº CEE/CP. **Diário Oficial do Estado de Goiás**, Goiânia, 2018.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução nº 05**, de 10 de junho de 2011. Dispõe sobre a Educação Básica em suas diversas etapas CEE/CP. **Diário Oficial do Estado de Goiás**, Goiânia, 2011.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução nº 06**, de 06 de dezembro de 2018. Aprova Documento Curricular da Educação Infantil e Ensino Fundamental CEE/CP. **Diário Oficial do Estado de Goiás**, Goiânia, 2018.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer nº 25**, de 06 de outubro de 2018. Aprovação do Calendário Escolar em cumprimento ao Art 14 inciso VII da lei complementar Estadual nº 26/98 CEE/CP. **Diário Oficial do Estado de Goiás**, Goiânia, 2018.

BOZZA, Sandra. Avaliação - Uma Questão de Critério ou Os Verdadeiros Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa. Ed. Ócios do Ofício. 1.999

GENTILI, Pablo. Pedagogia da exclusão. Petrópolis: Vozes, 1.997.



GENTILI, Pablo. Mentiras que parecem Verdades: argumentos neoliberais Sobre a crise educacional. A construção de “verdades” In: Neoliberalismo e educação. Revista da AEC Brasília, DF: nº 100/jul/set, 1996, p. 75-98.

PINO, Angel. Escola e cidadania: apropriação do conhecimento. In. Sociedade Civil e Educação/ Antonio Joaquim Severino, José de Souza Marins, Alba Zaluar e outros. Campinas, SP: Papirus: Cedes; São Paulo: Ande: Anped,1992 (Coletânea) p. 15 – 25.

SANTOS, M. Por uma outra globalização. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCHMIDT, M. A. A formação do professor de História e o cotidiano de aula. In BITTENCOURT, C. (Org). o saber histórico na sala de aula. São Paulo. Contexto, 2001. (Repensando o Ensino).

TOLEDO, Enrique de La Garza. Neoliberalismo e Estado. In: Estado e Políticas sociais no Neoliberalismo/Asa Cristina Laurell (org). São Paulo: Cortez, 1.997, 71 – 89.

VEIGA, Ilma Passos A . Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção coletiva. In: Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível/ Ilma Passos Alencastro Veiga (organizadora). Campinas, S.P.: Papirus, 1.995, p.11 – 35.

VEIGA, Ilma Passos A. Perspectivas para reflexão em torno do Projeto Político Pedagógico – Pedagógico. In: Escola: Espaço do Projeto Político – Pedagógico/ Ilma Passos A . Veiga e Lúcia G. de Rezende (orgs.). Campinas, S.P.

DIENES, Z.P. e GOLDING, E.W. - Lógica e Jogos Lógicos - Coleção Temas Básicos de Educação e Ensino - Ed. Pedagógica Universitária Ltda - São Paulo – 1076

PERROTTI, Edmir - Biblioteca Não é Depósito de Livros – Editora Abril - Revista Nova Escola – pág. 24 a 26 – junho/julho de 2006

R.B, - Recreio Legal – Editora Abril – Revista Nova Escola – pág. 50 a 51 – Abril de 2002

CANÁRIO, Rui – O Prazer de Aprender – Editora FNDE – Revista Pedagógica Pátio – pág.09 a 11 – Ano X nº 39 – Agosto/Outubro 2006

HEINECK, Dulce Teresinha - A Interdisciplinaridade no processo ensino-aprendizagem - <http://www.unescnet.br/pedagogia/direito9.htm> (nov/2002)